



## **O MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOAS TRANSEXUAIS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE DUAS INICIATIVAS SOCIAIS.**

Kellyane de Santana Ricardo <sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A população transexual é marcada pelas expressões da discriminação e do preconceito, e historicamente encontra-se marginalizada aos trabalhos mais marcados pela precarização e informalidade, além disso, relegada ao constante enfrentamento dos entraves para acessar o mercado de trabalho. Sabe-se que este é um contexto de precarização generalizada e que o fenômeno atinge a toda classe trabalhadora, porém, não se pode deixar de destacar a especificidade de como isto se expressa na vivência de determinados segmentos da classe trabalhadora. Evidenciar as características do acesso ao mercado de trabalho para população transexual se faz necessário neste momento de acirramento das precarizações vivenciadas pela classe trabalhadora, especificamente os segmentos mais vulnerabilizados desta.

Constatando-se esse fato, este trabalho - que é fruto da finalização das discussões de disciplina cursada no currículo do mestrado em Serviço Social do PPGSS UFPE - o objetivo da discussão será de explanar e discutir como está se desenhando o mercado de trabalho para as pessoas transexuais no Brasil a partir da breve análise sobre duas iniciativas sociais impulsionadas pela própria população transexual através dos movimentos sociais. A primeira iniciativa é a plataforma online 'Transemprego' que busca ser um canal de divulgação de vagas de emprego para pessoas transexuais, se propondo a ser uma plataforma nacional de articulação para ampliação desse acesso. A segunda diz respeito a um levantamento realizado pelos movimentos sociais AHTM (Associação de homens trans & transmasculinidades) e a AMOTRANS - PE (Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco) em parceria com o Espaço Trans HC-UFPE.

### **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Para realização dos objetivos, foram utilizadas as técnicas de análise de dados quantitativos, por meio da coleta de dezesseis publicações de vagas de emprego na plataforma 'transemprego' entre julho e outubro de 2018, escolhidas de forma aleatória, conjuntamente com os dados fornecidos pela AHTM e de revisão bibliográfica para subsidiar a análise. Análise esta feita por meio do método dialético que compreende a realidade como dinâmica e histórica por meio da totalidade.

### **DESENVOLVIMENTO**

A categoria gênero, segundo Scott (1995) é a que se utiliza para pensar como se desenvolvem as relações sociais de homens-mulheres, mulheres-mulheres e homens-homens na sociedade, determinando como se expressam as atribuições socioculturais referentes ao sexo. Pensar no gênero acarreta em ampliar as discussões com o que vem a denominar-se identidade de gênero, que de acordo com Jesus (2012) diz respeito ao gênero com o qual a pessoa se identifica independente de conformar ou não com o que lhe foi designado no nascimento através da 'coerência' com o sexo biológico. A coerência entre sexo biológico e

---

<sup>1</sup> Assistente Social; Mestranda em Serviço Social do PPGSS da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, kellyane.santana00@gmail.com;



gênero é questionada pela transexualidade que se caracteriza como uma das formas de subverter as normas de gênero. Transexualidade é uma experiência que se relaciona [...] a explicitação dos limites dessas normas de gênero, à medida que há a reivindicação da passagem do gênero imposto ao nascer para o gênero identificado [...] ao mesmo tempo quebra a causalidade entre sexo/gênero/desejo e desnuda os limites de um sistema binário assentado no corpo –sexuado. (BENTO, 2008, p.20).

Os conceitos, categorias e termos expostos acima estão imbricados e são fundamentais para compreensão das vivências transexuais.

### **Pessoas transexuais e Mercado de trabalho: impasses.**

Durante tempo considerável a população transexual não teve acesso garantido ao mercado de trabalho formal, e que nos tempos mais atuais nota-se um crescimento, porém, ainda restrito. A categoria trabalho tem centralidade na vida social humana, pois, de acordo com Lukács (1979), este assume posição de caráter fundante do ser social, sendo atividade imanente e permanente da existência humana, além de ser impulsionador para a dinâmica da vida social. De acordo com Marinho e Almeida (2017, p. 72), a categoria trabalho passa a ganhar centralidade nos debates da militância transexual, a partir das constatações da

extrema necessidade de trabalho e renda, combinada à dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho, como ainda a problemática da demissão sofrida em seus locais de trabalho motivadas pelo preconceito e pela não aceitação de suas transformações corporais, que se acentuam com as vivências dos trânsitos de gênero.

Corroborando com o exposto acima, Souza e Bernardo (2014) explicitam que as dificuldades de inserção laboral têm repercussões significativas na vida das pessoas transexuais, pois, o trabalho é dimensão fundamental da vida humana e interfere de forma consubstancial nas suas realidades. No contexto capitalista, a força de trabalho converte-se em mercadoria e para que se assegure a sobrevivência e a satisfação de suas necessidades sociais, o sujeito necessita realizar a venda desta.

Dessa maneira, a classe trabalhadora é um leque de diversidade, porém, a sociabilidade do capital transforma as diferenças em desigualdades. E ao mesmo passo que se aproveita das diferenças como fundamentais para que se amplie o controle e a opressão sobre determinados segmentos, contraditoriamente o modo de produção capitalista também repudia as diferenças por as considerar uma perturbação à padronização imposta à classe trabalhadora. O modo de produção capitalista assenta-se em ideologias de base material que naturalizam as inferiorizações e desvalorizações em todo da diversidade presente na humanidade e estrutura uma lógica de exploração e opressão inter e entre classes. Dessa forma, as diferenças que são próprias da diversidade humana, são transformadas em desigualdades naturalizadas (CISNE; SANTOS, 2018).

O principal entrave para o acesso das pessoas transexuais ao mercado formal e protegido de trabalho é ainda o preconceito, que perpassa todos os aspectos da vida desses indivíduos, principalmente desde a formação escolar, que é em grande parte não concluída por não haver ambientes escolares saudáveis e respeitosos. No que diz respeito à formação escolar, não se pode desvincular esta do mercado de trabalho, pois, assim como afirmam Souza e Bernardo (2014), a vida escolar tem postura quase exclusivamente voltada para preparar e formar profissionalmente, visando atender às necessidades do mercado de trabalho. O ambiente escolar torna-se conturbado, pois, verificam-se processos constantes de discriminação, acarretando em abandono da escolarização, e esta ausência de escolaridade torna-se um dos fatores determinantes para dificuldade de inserção e permanência das pessoas transexuais no âmbito do trabalho (PERES, 2009).

Dessa forma, ao tentar adentrar no mercado formal de trabalho, essa população encontra um espaço permeado de entraves e dificuldades de acesso. Rojas (2006) afirma que o processo chamado de ‘discriminação no emprego’ começa desde a fase de procura, seleção e

recrutamento e permanecem em grande parte dos casos quando as pessoas transexuais acessam os empregos, a AET (2007) lista algumas das dificuldades enfrentadas pela população trans nos ambientes de trabalho, sendo estas

[...] 1) Negação (por superiores ou colegas) ao reconhecer a identidade sexo da pessoa[...]; 2) comentários paternalistas[...]; 3) comentários depreciativos por amigo /quanto à condição de transgêneros por qualquer figura pública[...]; 4) a discriminação salarial em comparação com outros colegas / como tendo a mesma categoria profissional, por mero fato à condição transexual[...]; 5) Restrição ou negação de direitos trabalhistas reconhecidos em lei ou na convenção coletiva aplicável[...]; 6) A restrição dos direitos de proteção social [...]

Diante das amplas dificuldades de acessar o mercado formal de trabalho, as pessoas transexuais refugiam-se nas profissões mais invisíveis socialmente e desprotegidas laboralmente. E mesmo quando conseguem acesso a este mercado terminam por ficar a mercê da aceitação ou não no ambiente de trabalho. Para ultrapassar esses ‘refúgios’ reúnem-se coletivamente e propõem estratégias para sair desta redoma a que foram relegadas. Como exemplo disto, esta discussão irá expor duas iniciativas sociais realizadas com o intuito de ampliar o acesso dessa população ao mercado de trabalho e à escolarização.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para construção das reflexões propostas por esse artigo sobre acesso e permanência de pessoas transexuais no mercado de trabalho, serão postas em tela duas iniciativas sociais realizadas com essa finalidade.

A iniciativa ‘TransEmpregos’ é um site com o intuito de ser facilitador da entrada de pessoas transexuais no mercado de trabalho, pessoas que muitas vezes não possuem oportunidades pela sua condição transexual. A plataforma possibilita que os empresários e recrutadores interessados em contratar essa população possam divulgar as vagas (TRANSEMPREGO, 2013). A outra ação diz respeito à articulação dos movimentos sociais AHTM (Associação de homens trans & transmasculinidades) e a AMOTRANS - PE (Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco) que em parceria com o Espaço Trans HC – UFPE realizaram um levantamento com os/as usuários/as do referido serviço para conhecer a realidade trabalhista dessa população. Os dados foram utilizados para redigir ofício ao Ministério Público de Pernambuco, na intenção de que se desenvolvessem ações que pudessem impulsionar a penetração da população transexual no mercado de trabalho.

Os dados aqui utilizados da plataforma ‘transemprego’ foram coletados na página oficial do Facebook a qual é o espaço de divulgação das vagas, sendo escolhidos os anúncios entre julho e outubro de 2018, e desses foram extraídos uma amostra aleatória de dezesseis (16) anúncios. No que tange à iniciativa da AHTM e AMOTRANS, os dados foram coletados entre 2016 e 2017, e cedidos por Társo Benício presidente da AHTM.

### - Vagas oferecidas na plataforma ‘Transemprego’.

REGIME DE CONTRATAÇÃO: **CLT:** 44% ; **Pessoa Jurídica ou Micro Empreendedor Individual:** 19%; **Sem Contrato Vinculante:** 37%

EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA: **Sim:** 50%; **Não:** 50%.

FLEXIBILIDADE DE HORÁRIO E/OU DIA DA SEMANA: **Sim:** 75%; **Não:** 25%.

DURABILIDADE DO CONTRATO: **Temporário:** 56%; **Fixo:** 44%.

### - Dados coletados pela AHTM e AMOTRANS-PE.

INFORMAL/AUTÔNOMO: Homens Trans: 20%; Mulheres Trans; 44%

CONCURSADO/A: Homens Trans: 0%; Mulheres Trans: 2,2%

PROSTITUIÇÃO: Homens Trans: 0%; Mulheres Trans: 31,11%

EMPREGADO/A CLT: Homens Trans: 20%; Mulheres Trans: 13,34%

BENEFICIÁRIOS/AS DO INSS: Homens Trans: 0%; Mulheres Trans: 8,89%

ESTUDANTES/DESEMPREGADOS: Homens Trans: 60%; Mulheres Trans 0%

Como observado nos dados acima o mercado de trabalho para pessoas transexuais guarda a marca de contratos voláteis, temporários e em regimes pouco estáveis, porém, esta tendência não se resume estritamente a esta população. Faz-se fundamental dizer que há o ímpeto de novas modalidades de organização e de controle do trabalho instituindo um novo tipo de precarização (ANTUNES; DRUCK, 2014). No tocante à legislação, as alterações realizadas pela reforma trabalhista realizada em 2017 reforçam a construção desse cenário de ampliação da precarização do trabalho no Brasil com pontos alterados no tocante a: mudanças no trabalho em tempo parcial, podendo ser observado acima uma porcentagem considerável de oferta de vagas com flexibilidade de dia e/ou horário; contratação do autônomo excluindo a condição da qualidade de empregado, retratado no oferecimento de 19% das vagas do ‘transemprego’ com contratos PJ (Pessoa jurídica) ou MEI (Micro empreendedor individual) e 37% das vagas sem contrato vinculante, um reforço à informalidade e à chamada na nova legislação de ‘liberdade de negociação nos contratos de trabalho’. Além disso, a criação e regulação do trabalho intermitente e o reforço ao trabalho temporário (que soma 54% no que tange à durabilidade dos contratos) e a terceirização.

No que tange aos dados coletados pela AHTM e pela AMOTRANS-PE estes serviram de base para criação de um programa no âmbito no Ministério Público de Pernambuco que reuniu instituições públicas de ensino técnico, os quais criaram turmas especiais para dar espaço às pessoas trans e garantir a profissionalização destas. E também agrupou um conjunto de empresas que se demonstraram interessadas em contratar pessoas transexuais para integrar o quadro funcional.

Dentre a discussão na apresentação dos dados, são realizadas as seguintes ressalvas:

O trabalho dessa população em grande parte é autônomo e precarizado na qual estão inseridos. As opressões sofridas por estas pessoas nesses espaços, reflete diretamente na dificuldade de inserção no mercado de trabalho, restando para essas pessoas o desemprego ou péssimas condições de trabalho, destaco aqui que é notável a questão da informalidade, é quase uma regra essas pessoas trabalharem . [...] As mesmas não se reconhecem nem são reconhecidas como cidadãs, sendo tratadas como “seres abjetos” em diversos espaços, mostrando que há existência da violência institucional enraizada e escancarada, motivada por preconceito (AHTM; AMOTRANS-PE, 2016, p. 06).

Há também um número significativo de pessoas que foram submetidas a seleções de emprego, houve aprovação e não ocorreu a incorporação no quadro funcional pela condição transexual. Há de se evidenciar também a existência de pessoas com qualificação profissional e que não foram contratadas, direcionando-se assim à outras áreas. E também os casos de que quando adentram o mercado de trabalho se deparam com as mais variadas violações (AHTM e AMOTRANS-PE, 2016).

Segundo Antunes e Druck (2014) é a de que a informalidade deixa de ser exceção para tornar-se a regra e a precarização demonstra-se o centro da dinâmica do capitalismo flexível. Dessa forma, diante do contexto que perdura na vida das pessoas transexuais de pouco acesso ao mercado, as vagas atuais ainda demonstram-se insuficientes e por isso buscam-se alternativas para obtenção de renda, alternativas essas que se encontram no âmbito da informalidade tradicional, que se refere a atividades com baixa capitalização, que busca a obtenção de renda para consumo individual e familiar e que em geral atuam no setor de serviços (ALVES; TAVARES, 2006).

Muitas vezes não trabalham para si próprios/as, são contratados/as informalmente por terceiros que embora tenham em seu quadro funcional todos/as os funcionários/as com vínculos formalizados, relegam a população transexual ao trabalho informal, sem nenhum vínculo firmado. A informalidade de acordo com Antunes (2011) supõe a ruptura dos laços de

contratação e de regulação da força de trabalho. De acordo com o Jornal da USP (2017), as pessoas transexuais têm suas escolhas cerceadas, e são raras as vezes que conseguem escolher a carreira; trabalham assim, nos locais onde lhes ofereçam emprego, que em geral são os mais precarizados e desprotegidos. Sendo assim, demonstra-se aqui uma condição contraditória ao que o capitalismo se propõe que segundo Marx (2017) é a liberdade do possuidor da força de trabalho, devendo este ser livre para escolher a quem vender sua força de trabalho, quando na verdade o que ocorre na situação acima é o cerceamento desta liberdade de venda.

Sabe-se que a informalidade e a precarização não são coisas restritas às pessoas transexuais, porém precisa ser demarcada a persistência da dificuldade de acesso ao trabalho e da inserção na informalidade e em vínculos precários, por estes serem traços constitutivos e permanentes em grande parte da realidade trabalhista das pessoas trans.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se teórica e empiricamente as afirmações sobre as implicações de ser transexual no que diz respeito às tentativas de acessar e permanecer no mercado de trabalho no Brasil. As marcas das discriminações deixam este segmento à margem de uma possibilidade de acessar trabalhos minimamente formais e com direitos laborais garantidos.

É nítido que os processos de flexibilização, precarização e informalidade como regra não tem ocorrência exclusiva na vida da população transexual, pois são processos decorrentes da reestruturação produtiva do capital e das transformações no mundo do trabalho. Porém evidencia-se um acirramento mais amplo desses fenômenos nos contextos de determinados grupos específicos da classe trabalhadora. Pois, o capitalismo apresenta-se como um sistema pouco disposto à aceitação das heterogeneidades, por acreditar que se manter homogêneo é mais rentável e lucrativo.

Constata-se que as iniciativas da Plataforma ‘Transemprego’ e da articulação dos movimentos sociais AHTM E AMOTRANS-PE são fundamentais na mobilização por abertura de maior espaço para as pessoas transexuais no mercado de trabalho. Obviamente, sozinhas estas não conseguirão ampliar o espectro de oportunidades, mas demonstram-se eficazes em causar um impacto significativo no anterior silêncio sobre as escassas oportunidades para as pessoas transexuais e como um grande passo em direção a por em evidência a centralidade do trabalho na vida da população. Dessa maneira, pode-se apontar que ainda há muito ‘chão’ a ser enfrentado e muitas barreiras a se romper no que diz respeito à incorporação e aceitação de pessoas transexuais nos ambientes laborais mais formais e protegidos. Porém, se aponta também para uma tendência de crescimento de oportunidades, ainda que ínfimas e de reforço à lógica de estar sempre inseridos em ocupações menos valorizadas e mais precarizadas.

E sem deixar de atentar para o cenário atual e para os possíveis danos a esta população, gostaria de encerrar dizendo que A POPULAÇÃO TRANSEXUAL E TRAVESTI VIVE, (R)EXISTE E LUTA TODOS OS DIAS! NADA APAGARÁ A CHAMA DE TRANSFORMAÇÃO, do respeito e da diversidade! Resistirão(emos)!

## REFERÊNCIAS

AET : Asociación Española de Transexuales. **Como afrontar la transfobia em el puesto de trabajo**. Comisiones Obreras de Castilla y León. , 20 y 21 de octubre de 2007.

AHTM; AMOTRANS – PE. **Ofício sobre vulnerabilidade socioeconômica da população trans**. Recife, 2016 (Domínio privado).

ALVES, Maria Aparecida e TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A epidemia da terceirização**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?**. Serv. Soc. Soc. [online]. N. 107, pp. 405-419, 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002)> Acesso em: 20 de set. 2019.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos: 328)

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo, Cortez: 2018 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 8).

JORNAL DA USP. **Inserção de transgêneros no mercado de trabalho ainda é precária**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/insercao-de-transgeneros-no-mercado-de-trabalho-ainda-e-precaria/>> Aceso em: 10 de junho de 2018.

LUKACS, George. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MARINHO, Silvana; ALMEIDA, Guilherme. **Trabalho e juventudes trans em debate**. In: OLIVEIRA, Antonio D.; PINTO, Cristiano R. B. Transpolíticas Públicas. Campinas: Papel Social, 2017.

MARX, Karl. **O capital – Livro I**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.

PERES, Wilian Siqueira, **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. 2009.

ROJAS, Vera Patricia. **La discriminación en los procesos de selección de personal**, Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo, pp. 2-84, 2006. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---declaration/documents/publication/wcms\\_decl\\_wp\\_29\\_sp.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_decl_wp_29_sp.pdf)> Acesso em: 20 de set. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> Acesso em: 20 de set. 2019.

TRANSEMPREGO. **Plataforma Online - Transemprego**. 2013-2018.